

ATENÇÃO VIGILANTES, BOMBEIROS CIVIS E VIGILANTES DE TRANSPORTE DE VALORES

Plenária com debate sobre APOSENTADORIA ESPECIAL, ameaçada pela Reforma da Previdência

Embora alguns trabalhadores tenham manifestado nas redes sociais de que a aposentadoria especial nunca aconteceu para a categoria e que não conhece nenhum vigilante aposentado nessa situação, isto não é verdade. É fato sim que temos de entrar na Justiça contra o INSS para garantir esse direito. É verdade também que leva até uns seis meses a três anos (em alguns casos pode levar um pouco mais) para a ação sair vitoriosa. No entanto, quando sai a ação e o vigilante se aposenta, ele recebe retroativo a todos esses meses ou anos que ficou com o processo na justiça.

No caso dos vigilantes de transporte de valores, já foram aposentados mais de cem vigilantes e a cada dia, chegam novos companheiros para entrar com o processo de aposentadoria especial. O mesmo vale para os bombeiros civis que estão procurando o SINDBOMBEIROS-DF para se aposentarem na especial.

Portanto, temos muito a perder com o fim da aposentadoria especial e por mais que alguns tentem desmerecer essa conquista, fruto da nossa luta e compromisso com a categoria, é melhor já ir se preparando para a luta, pois além da aposentadoria especial que podemos perder, ainda tem muitas outras armadilhas terríveis na proposta de Reforma da Previdência do governo Federal. E isto pode afetar você vigilante, que passará a contribuir até 40 anos para poder se aposentar com salário integral, e afetará sua família também.

Não existirá mais o fator previdenciário 85/95, que consiste na soma de 30 anos de serviço mais a idade que somadas, dariam 85 para mulheres e

95 para homens.

A proposta do governo Bolsonaro é que homens se aposentem a partir de 65 anos e mulheres a partir de 62 anos, e para receber a aposentadoria integral você deve ter 40 anos de contribuição no mínimo.

GOVERNO VAI FAZER CAMPANHA PARA DESMITIFICAR A REFORMA



Venha para a Plenária em defesa da Aposentadoria Especial Será no sábado, dia 11 de maio, às 9h, no auditório da Câmara Legislativa.

A realização da plenária é uma proposta do deputado Chico Vigilante em conjunto com as entidades sindicais (SINDESV-DF, SINDVALORES-DF E SINDBOMBEIROS-DF)

Sua presença é essencial para evitarmos o fim da nossa aposentadoria especial.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – Texto aprovado na CCJ

Reforma muda leis sem relação com Previdência, corta PIS e remédios do SUS

A reforma apresentada pelo governo Bolsonaro muda até questões que não impactam diretamente no rombo previdenciário, como fim do direito ao FGTS e à multa de 40% para aposentados. Isso foi retirado no acordo, mas outros pontos continuam, como redução no número de pessoas que recebem o abono salarial do PIS e até restrição da distribuição grátis de remédios caros por decisão judicial, se não houver verba. Analistas criticam a inclusão de temas fora da pauta da Previdência.

- Abono do PIS/Pasep só para quem ganha até um salário mínimo (item continua na reforma)

Hoje o abono salarial do PIS/Pasep é pago para quem ganha até dois salários mínimos. A reforma propõe que o benefício anual deve ser pago só para quem ganha até um salário mínimo por mês. Com a mudança, 23,4 milhões de trabalhadores devem perder o direito ao benefício, que chega a R\$ 998 por ano.

- Restrição na distribuição de remédios via decisão judicial (item continua na reforma)

A proposta altera o artigo 195 da Constituição, que trata do orçamento da seguridade social. Entre as mudanças, acrescenta que nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou estendido "por ato administrativo, lei ou decisão judicial, sem a correspondente fonte de custeio total". Isso pode impactar diretamente na concessão de medicamentos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) via decisões judiciais, pois o Judiciário ficaria impedido de prover ou ampliar um benefício sem que haja uma fonte de custeio.

(Reportagem: Lucas Borges Teixeira; edição: Armando Pereira Filho)

Para os que ainda vivem na bolha



ENTENDA AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS

De Repartição

A Previdência administra os recursos das contribuições feitas para o INSS

Após cumprir as condições para se aposentar, o trabalhador receberá entre um salário mínimo e o teto previdenciário, após cálculo do valor para concessão

De Capitalização

A "poupança" é feita em conta aberta em bancos, seguradoras e fundos de pensão

Não há como prever o valor da aposentadoria, após o trabalhador cumprir as regras. No Chile, por exemplo, o benefício fica abaixo do valor do salário mínimo

Parte 2

A Capitalização interessa às empresas e aos bancos.



Se as empresas não sonegassem, se o governo não perdoasse as dívidas bilionárias, não haveria déficit da Previdência. Agora, vai dever R\$ 10,00 reais para o governo para ver eles te cobrando com sangue nos olhos. Já os ricos, podem sonegar à vontade que a maioria ganha perdão.

Bolsonaro/Paulo Guedes querem copiar o modelo de capitalização do Chile, implantado pela ditadura de Augusto Pinochet. Veja como vivem os idosos lá (com alto índice de suicídio)

